

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E O ENSINO DE GEOGRAFIA EM VILA NOVA JUTAÍ – BREU BRANCO – PA

Robson Alves dos Santos¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Marabá, PA, Brasil

Karleison Coelho da Paixão²

Universidade Federal de Catalão (UFCAT)
Catalão, GO, Brasil

Luciano Laurindo dos Santos³

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Porto Velho, RO, Brasil

Amarildo Silva Araújo⁴

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas, TO, Brasil

Carlos Eduardo Ribeiro Rocha⁵

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Presidente Prudente, SP, Brasil

Marcus Vinicius Mariano de Souza⁶

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)
Marabá, PA, Brasil

1. Doutor em Geografia. Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá (PA), Brasil. E-mail: robson.geografia@unifesspa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4467-8019>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1393832685619536>

2. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão, Catalão (GO), Brasil. E-mail: karleisoncoelho@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4456-0494>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1806403303107880>

3. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, Brasil. E-mail: lucianosantos@unifesspa.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4759-6345>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1321121662894732>

4. Mestre em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território na Universidade Federal do Tocantins, Brasil. E-mail: geonalta@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8560-0512>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0425275593783479>.

5. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. E-mail: cadusophia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9910-4672>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3480994366553061>.

6. Doutor em Geografia. Professor na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá (PA), Brasil. E-mail: marcussouza@unifesspa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4674-1539>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4667070663736759>

Enviado em 7 mai. 2021 | Aceito em 16 out. 2021

Resumo: Em um país marcado pela diversidade étnico-racial, com um extenso legado de preconceitos e negação de direitos básicos, é necessária a projeção de uma educação diferenciada e afirmativa, que se entrelace com saberes históricos e cotidianos e que desenvolva posturas críticas a partir das vozes dos quilombolas, quase sempre silenciadas. O artigo aborda a educação escolar formal, especificamente sobre o ensino de geografia na educação escolar quilombola na comunidade remanescente quilombola de Vila Nova Jutá – Breu Branco – PA. Assim, foi desenvolvido na escola da comunidade o projeto “Nós Propomos”, que buscou identificar quais são os principais problemas socioespaciais da comunidade. A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico, execução do projeto, aplicação de questionários e formulário de entrevistas. A geografia enquanto ciência e disciplina escolar tem um legado histórico de contribuição ao processo de construção da cidadania, através da análise crítica que desenvolve nos estudantes a respeito do espaço geográfico, oportunizando-os a compreenderem as dinâmicas e transformações socioespaciais.

Palavras-chave: Cultura. Territorialidades. Quilombolas. Educação.

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION AND GEOGRAPHY TEACHING AT VILA NOVA JUTÁ – BREU BRANCO – PA

Abstract: In a country characterized by ethnic-racial diversity, with a large legacy of prejudice and basic rights denial, the projection of an alternative, affirmative teaching is made necessary, one that intertwines historical and everyday knowledge and that develops new critical stances out of quilombola voices, which are almost always silenced. This paper approaches formal school education, specifically Geography teaching in school education at the remaining quilombola community of Vila Nova Jutá, at the Breu Branco municipality, in Pará (PA) state, Brazil. Thus, the project “Nós Propomos” (“We Propose”), developed at the community’s school, sought to identify which were the main sociospatial issues within the community. The research was based on bibliographical surveys, project execution, questionnaires and an interview survey. Geography, as a science and a school subject, has a historical legacy of contributing to citizenship building processes through the critical analysis skills it develops among students about geographical space, giving them the opportunity to better understand sociospatial dynamics and changes.

Keywords: Culture. Territorialities. Quilombolas. Education.

LA EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA Y LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA EN VILA NOVA JUTÁ – BREU BRANCO – PA

Resumen: En un país marcado por la diversidad étnico-racial, con un amplio legado de perjuicios y negación de los derechos básicos, es necesaria la proyección de una educación diferenciada y afirmativa, que se entrelace con saberes históricos y cotidianos y que desarrolle posturas críticas a partir de las voces de los quilombolas, casi siempre silenciadas. El artículo aborda la educación escolar formal, especialmente sobre la enseñanza de geografía en la educación escolar quilombola en la comunidad remanente quilombola de Vila Nova Jutá - Breu Branco - PA. Por lo tanto, se desarrolló en la escuela de la comunidad el proyecto “Nós Propomos”, que buscó identificar cuáles son los principales problemas socioespaciales de la comunidad. La investigación se basó en levantamiento bibliográfico, ejecución del proyecto, aplicación de cuestionarios y formularios de entrevistas. La geografía como ciencia y disciplina escolar tiene un legado histórico de contribución al proceso de construcción de la ciudadanía, a través del análisis crítico que desarrolla en los estudiantes con respecto al espacio geográfico, dándoles la oportunidad de entender las dinámicas y transformaciones socioespaciales.

Palabras clave: Cultura. Territorialidades. Quilombolas. Educación.



Introdução

Este artigo versa sobre a educação escolar formal, especificamente sobre o ensino de geografia na educação escolar quilombola na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá – Breu Branco – PA. A educação geográfica é um instrumento de transformação social. A partir dela, os sujeitos têm a possibilidade de se enxergarem e se colocarem como agentes ativos na produção e alteração de suas espacialidades, bem como de sua realidade. Para as comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, uma educação geográfica que esteja alinhada ao seu modo de vida torna-se primordial para o combate contra o racismo e uma forma de manutenção e resistência de seus territórios. Nesse sentido, apresentamos o projeto “Nós Propomos”, cujo objetivo é promover a cidadania e o fortalecimento da cultura e da identidade quilombolas na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá, em Breu Branco.

Estes territórios têm como característica uma identidade étnica que os distingue na sociedade brasileira. São especificidades desses territórios a ruralidade, a relação cidade-campo, a forma camponesa de produção, o uso da terra, o apossamento secular, a presença de conflitos, entre outros. Esses traços levaram à formulação de políticas públicas, no âmbito educacional, que tentam contemplar de forma satisfatória essa realidade, de modo a ressaltar sua história de luta, assim como seu atual protagonismo na sociedade. Porém, o cenário que se espelha na educação brasileira voltada para as comunidades quilombolas está longe de ser o ideal.

Com base nisso, o objetivo desta pesquisa foi desenvolver, na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutaí, o projeto “Nós Propomos”, que tem por objetivo promover a cidadania territorial local de forma ativa e direta, articulada com as restantes escalas, junto da comunidade escolar. Partindo desse viés, o objetivo geral foi identificar os principais problemas socioespaciais, em uma escala local, na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutaí – Breu Branco – PA, que chamaremos de Vila Nova Jutaí. Na pesquisa, identificaram-se problemas relacionados à perda de identidade e cultura quilombolas, e, a partir disso, sugeriram-se intervenções por meio do ensino de geografia, para possivelmente solucionar esses problemas.

O ensino de geografia, pela ótica de seus conceitos, tem papel primordial na formação destes sujeitos. Assim, pelo estudo do lugar, espaço, território e paisagem, as práticas cotidianas ou as seculares destas comunidades podem ser compreendidas e interligadas, em uma escala que vai de micro a macro, trazendo maior compreensão para seus espaços de luta. Alguns fundamentos podem propiciar um ensino de geografia voltado para comunidades quilombolas, como a cartografia social, que possibilita aos alunos interpretar seus lugares e territórios, e a formação específica para professores de geografia em comunidades quilombolas, a partir da vivência.

O trabalho propõe ainda realizar uma análise crítica sobre as políticas públicas efetivadas para a educação escolar quilombola, por meio de um olhar histórico da formação destas comunidades e de dados estatísticos e aporte teórico de autores que exibem um panorama da educação proposta aos sujeitos que compõem os territórios quilombolas. Além disso, propôs-se uma reflexão sobre uma geografia quilombola.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa se deram a partir de pesquisa bibliográfica com o aporte teórico de autores que discutem a temática da educação escolar quilombola e relações raciais, como Carril (2017), Miranda (2012; 2016), Romão (2005) e Santos (2009; 2011), de autores que discutem o ensino de geografia, como Callai (2003) e Cavalcanti (2010; 2011), e de autores que pesquisaram sobre Vila Nova Jutaí, como Lima e Monteiro (2016).

Fez-se também uma pesquisa documental sobre as principais leis e decretos que regulamentam e amparam as questões raciais e a educação escolar quilombola, como a Lei nº. 10.639/2003, tida como um dos principais avanços no combate ao racismo, no que tange à educação e ao ensino de geografia no Brasil.

Na pesquisa empírica, desenvolveu-se o projeto “Nós Propomos”, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutaí, junto aos alunos do 9º ano A com idade entre 13 e 15 anos. Objetivou-se compreender a relação da escola e comunidade por meio de atividades práticas pedagógicas de intervenções metodológicas dos alunos com a realidade de seu cotidiano e do lugar onde vivem.

Liderado pelo professor Sérgio Claudino, o projeto “Nós Propomos” foi idealizado em 2011, pela Universidade de Lisboa – Portugal, e é coordenado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do

Território (IGOT). Tem como objetivo promover a cidadania territorial, mobilizando alunos para a identificação das principais orientações do plano diretor municipal e a apresentação de propostas de intervenção nos bairros, objetivando desenvolvimento local sustentável. Cabe ressaltar a importância que o projeto tem para as demais disciplinas, tornando-o assim um projeto não somente de cunho geográfico, mas interdisciplinar. Assim, em parceria com o professor Sérgio Claudino, desenvolveu-se o projeto, com o objetivo de evidenciar os problemas na realidade dos alunos da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutá e propor possíveis soluções.

As etapas de desenvolvimento do projeto foram as seguintes: 1) apresentação do projeto na escola e aplicação dos questionários junto aos alunos; 2) identificação e resultados dos problemas encontrados na comunidade; 3) divisão dos grupos de acordo com os problemas; 4) elaboração dos formulários pelos grupos e aplicação aos moradores da comunidade; 5) tabulação e apresentação dos dados; 6) elaboração das propostas de soluções para os problemas identificados pelos alunos e moradores da comunidade; e, por último, 7) apresentação das propostas e dos resultados do projeto à Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá.

Quadro 1 – Etapas do projeto “Nós Propomos”, desenvolvido na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutá

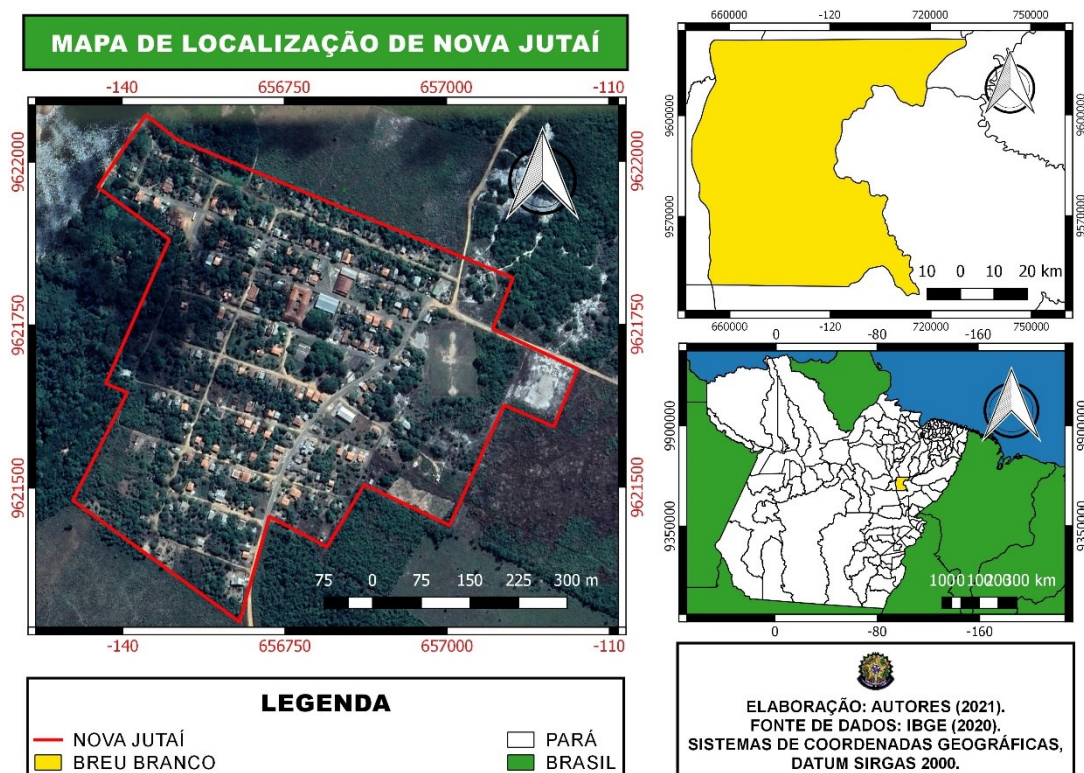
1ª Etapa	Apresentação do projeto e aplicação do questionário
2ª Etapa	Identificação dos problemas encontrados pelos alunos do 9º
3ª Etapa	Divisão de grupos com base nos problemas identificados
4ª Etapa	Elaboração e aplicação de formulários pelos grupos aos moradores da comunidade
5ª Etapa	Tabulação e apresentação dos dados
6ª Etapa	Elaboração de propostas e soluções dos problemas identificados com os alunos
7ª Etapa	Apresentação das propostas

Fonte: elaborado pelos autores

O projeto “Nós Propomos” na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá: ensinar uma geografia quilombola

Vila Nova Jutá fica localizada à margem direita do Rio Tocantins, na parte subjacente da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A comunidade faz parte do município de Breu Branco, que fica a 446 km da capital Belém – PA, e possui população de cerca de 1.100 habitantes. Uma característica da vila e do povo ribeirinho é a necessidade de migrar constantemente, devido ao fato de terem no extrativismo a base de sua subsistência. Para Lima (2016), o resultado dessa migração deu início ao processo de formação e estruturação da vila, por conta do aumento populacional, embora a comunidade estivesse fisicamente dispersa, com casas distantes umas das outras. Esse processo deu origem às atividades econômicas primárias, como extrativismo da castanha-do-pará e a pesca artesanal.

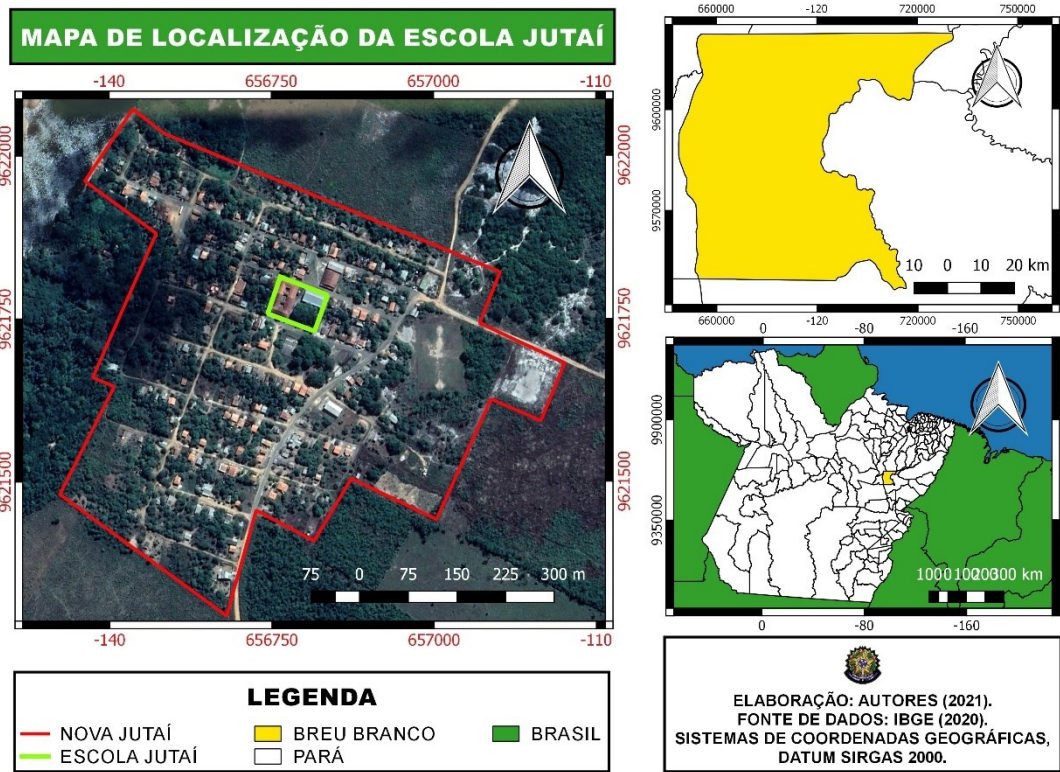
Figura 1 – Mapa da localização de Vila Nova Jutai



Fonte: elaborado pelos autores

Um elemento significativo na formação da vila foi e é a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai, que assume seu papel mediante a história da vila e contribui não somente para a formação desta, mas também na formação intelectual de seus habitantes e promoção da cidadania. Sua história está diretamente ligada ao processo de desenvolvimento e à luta por direitos da comunidade, constituindo-se enquanto lugar de resistência.

Figura 2 – Mapa da localização da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai



Fonte: elaborado pelos autores

A escola tem em seu propósito lutar e reivindicar uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, que busque melhorar suas práticas pedagógicas, no sentido de promover uma educação escolar quilombola com emancipação social. Assim, segundo o Projeto Político Pedagógico (2017) da escola, esta tem como um de seus objetivos unir os membros da comunidade, para que eles participem diretamente nas transformações de que necessitam, buscando que adentrem na instituição e participem ativamente do processo de desenvolvimento de ações, atitudes e comportamentos socioespaciais que visem promover a cidadania dos alunos da escola.

Figura 3 – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai



Fonte: elaborado pelos autores

Contemporaneamente tem-se discutido a respeito do ensino de geografia e a realidade do aluno. São pertinentes a associação entre ambos e a importância que essa relação tem para o ensino e aprendizagem. A necessidade de considerar o lugar/ambiente do aluno torna-se um elemento de fundamental importância no processo de construção dos conceitos geográficos a partir de uma perspectiva sociocultural. Segundo Carlos (2007), é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões, o que significa pensar a história particular de cada lugar, desenvolvendo-se, ou melhor, realizando-se em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios.

Nessa perspectiva, o projeto “Nós Propomos” torna-se ferramenta importante na construção destes conhecimentos, não só propiciando novas formas de ensinar, como, também, apresentando ao aluno novas formas de aprender, ao mesmo tempo em que se desprende de uma geografia tradicional, tida como uma disciplina decorativa e desinteressante. Desse modo, o projeto agrega de forma exponencial ao ensino de geografia.

Além dos acidentes naturais que fomentam a história e formação da Vila Nova Jutai, destacam-se também os entraves que as culturas africana e afro-brasileira enfrentam para se estabelecer no território brasileiro. Atualmente um dos grandes problemas que assola os quilombos é esta falta de auto-reconhecimento negro e valorização de suas raízes. Na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai, esse é um problema evidente, pois boa parte da atual geração não se autoreconhece como remanescente quilombola, devido ao fato de não haver uma continuidade dos costumes e tradições dos antepassados, aos processos de formação pelos quais a vila passou e ao novo e moderno modo de vida, no qual a globalização perversa não se limita a fronteiras e se expande de maneira opressora até mesmo no âmbito cultural.

No estado do Pará, o projeto está em execução nas cidades de Bragança, Santarém e, mais recentemente, em Marabá, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), onde foi desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB).

Ao refletir sobre o acesso e a permanência dos negros no sistema educacional brasileiro, percebe-se a existência de inúmeros entraves, como o racismo, o preconceito e a discriminação racial, entre outros. O Brasil, um país com um expressivo quantitativo de população negra, ao longo de sua formação histórica, estabeleceu um conjunto de teorias e crenças que tem como consequência uma hierarquia entre as raças e etnias e trata e condiciona essa população à situação de extrema pobreza, inúmeras violências e violação de seus direitos constitucionais. Assim, evidenciam-se as dificuldades que esse grupo étnico enfrenta não somente no acesso, mas também na permanência no sistema educacional.

As transformações sofridas pela Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai, em função das constantes transformações no espaço geográfico e dos fatores que nortearam sua formação, tem posto em xeque a continuidade dos modos de vida, costumes e tradições herdados pelos negros escravizados, brancos foragidos e indígenas bastados, pois foi a partir dessa junção que o quilombo veio a existir. Diante desse cenário de perda de identidade cultural, cabe pensar em propostas que preservem e deem continuidade aos modos de vida, costumes e tradições da cultura quilombola na comunidade. É nessa perspectiva que o projeto “Nós Propomos” se torna uma ferramenta metodológica importante para pesquisar e propor possíveis soluções para tais problemas.

Nesse caminhar secular de lutas por direitos, um marco histórico desse processo deu-se em âmbito institucional, quando o Estado reconheceu de forma legal os quilombos no Brasil, por meio do Decreto nº. 4.887/2003. Assim, consideram-se remanescentes das comunidades quilombolas os grupos étnico-raciais com história e trajetória próprias, dotados de relações específicas. Nesse

processo histórico de violações de direitos e inúmeras violências, o fato de o Estado reconhecer, de maneira tardia, os quilombos no país como fruto de um processo de tráfico negreiro, escravização, preconceitos, discriminação, entre outros, deixou feridas nessa população, que paulatinamente luta para cicatrizá-las.

Mesmo com o processo burocrático para o reconhecimento das comunidades quilombolas, iniciado em 2004, um hiato temporal de 16 anos, o país reconheceu, até o momento, um total de 3.432 comunidades, conforme se observa no Quadro 2. No ano de 2011, a Vila Nova Jutai é intitulada e reconhecida como comunidade quilombola, por se tratar de terras ocupadas por remanescentes quilombolas, utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural dos sujeitos que ali vivem.

Quadro 2 – Comunidades remanescentes quilombolas certificadas no Brasil

Número de CRQs			
Estado	Nº de CRQs	Estado	Nº de CRQs
Acre	0	Paraíba	42
Alagoas	69	Paraná	38
Amazonas	8	Pernambuco	195
Amapá	44	Piauí	88
Bahia	811	Rio de Janeiro	41
Ceará	50	Rio Grande do Norte	30
Distrito Federal	0	Rio Grande do Sul	137
Espirito Santo	42	Rondônia	8
Goiás	64	Roraima	0
Maranhão	816	Santa Catarina	16
Mato Grosso	78	São Paulo	56
Mato Grosso do Sul	22	Sergipe	37
Minas Gerais	388	Tocantins	45
Pará	261	Total	3.432

Fonte: adaptado de Palmares (2020)

Infelizmente, esse número ainda está muito aquém da representatividade dessa parcela da população quilombola brasileira. Atualmente existem 188 comunidades em análise técnica pela Fundação Palmares, a maioria, um total de 127 comunidades, em estados da região Nordeste (Fundação Palmares, 2020).

Evidencia-se que a região Nordeste, com 2.169 comunidades, possui o maior número de comunidades reconhecidas, o que corresponde a 61% do total nacional. A região Sudeste tem 536 reconhecimentos, o que equivale a 16% do total nacional, colocando essa região na segunda colocação. No entanto, há de se perceber a disparidade de dados da região Nordeste em relação à Sudeste. A região Centro-Oeste possui 169 reconhecimentos, equivalentes a 5% do quantitativo de comunidades reconhecidas no Brasil até então. Os números representam um descaso com essa parcela da população tão massacrada há séculos. Tal negação de direitos e o não reconhecimento pelo Estado acarreta em um desconhecimento da população em geral a respeito desses sujeitos, agora na condição de quilombolas.

Tais constatações observadas por inúmeros autores, como Romão (2005), Carril (2017) e Miranda (2012), dentre outros, forçam o Estado a pensar e construir políticas de combate a tais desigualdades sociais e educacionais que tanto massacram os negros há séculos. A palavra-chave que marca essa relação do quantitativo negro com a escola é a exclusão: “a escola como um não lugar para os negros constituiu-se pela invisibilidade, pelo esquecimento. E também pelas políticas de negação do reconhecimento direito às diferenças” (ROMÃO, 2005 p. 17). O ensino de geografia, nesse sentido, faz-se importante, pois tem um papel fundamental na formação e emancipação de cidadãos, uma vez que a compreensão socioespacial de mundo que ocorre quando os conceitos centrais da geografia são mobilizados instiga o raciocínio e, conseqüentemente, o pensamento geográfico.

Partindo do pensamento de que a escola desenvolve um papel social na comunidade, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai é vista como um dos principais meios de preservação, resistência e continuidade da cultura afro-quilombola da vila. Pois bem, em meio a essa relação delicada de perda de cultura e identidade, a escola tem o papel de desenvolver, nas futuras gerações, o sentimento de pertencimento aos costumes e tradições do quilombo. É no ambiente escolar que serão produzidas as práticas e propostas de solução para tal problema, no qual a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai assumirá papel essencial no resgate à cultura da comunidade, colaborando para que o projeto se desenvolva.

Há uma série de possibilidades para se pensar uma educação escolar quilombola e um ensino de geografia com foco na cidadania e combate ao racismo, como o potencial das identidades, da resistência cultural, as práticas educativas populares pela memória, entre outras. Nesse sentido, temos o projeto “Nós Propomos” como atividade de intervenção metodológica, com o objetivo de promover a cidadania e o fortalecimento da cultura e da identidade quilombolas na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutai, em Breu Branco. Tais elementos da identidade e da territorialidade negra, segundo Romão (2005), têm instruído as próximas gerações a partir de suas ideias e experiências de um passado que vive e se perpetua no presente, a fim de refletir sobre o currículo da vida e sobre as relações da educação das pessoas para com elas e, assim, promover a preservação da cultura e territorialidade quilombolas.

Todo esse potencial cultural de territorialidades capazes de potencializar a luta pela permanência nos territórios e garantir a identidade quilombola, dentre outros, somente passa a ser reconhecido pelo Estado com a Lei nº. 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade do estudo da história da África, das culturas afro-brasileira e africana e das relações étnico-raciais, inserindo assim o estudo das comunidades remanescentes quilombolas em seus currículos. No ano seguinte, em 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovaria as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. No ano de 2010, esta mesma, passa a ser uma modalidade educacional, em função das DCNs gerais para a educação básica, estabelecidas pela Resolução nº. 4/2010 do CNE e da Câmara de Educação Básica. Desta forma, foi definido que a educação escolar quilombola será desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, por meio de uma pedagogia própria que respeite as especificidades ético-culturais da comunidade na qual está inserida, tendo quadro docente e materiais didáticos específicos para atender tais demandas.

Ao analisar essas diretrizes, Miranda (2016) indica que tais instrumentos integram as práticas discursivas que, em âmbito jurídico, promovem o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e fortalecem a sua preservação, suas formas específicas de viver, de pensar, de agir e de utilizar de sua cultura, sua identidade, seus modos próprios de produção, reelaboração e disseminação de seus próprios conhecimentos.

No entanto, foi somente em 2012, com a criação das DCNs para a educação escolar quilombola na educação básica, por meio da Resolução nº. 08/2012 do CNE e com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que se instituíram políticas educacionais específicas para as comunidades quilombolas.

Tal situação exposta pode ser compreendida em partes pela análise de Carril (2017), ao afirmar que o espaço escolar é o reflexo da sociedade e de suas contradições e palco de conflitos e várias desigualdades sobrepostas. Esse aspecto da desigualdade em relação ao acesso à educação pública pode ser observado no Quadro 3, ao analisarmos o quantitativo de escolas que essas comunidades quilombolas conseguiram implantar.

Quadro 3 – Escolas em atividade situadas em comunidades remanescentes quilombolas

Estado	Quantidade de:		
	Matriculas	Docentes	Escolas
Acre	-	-	-
Alagoas	3.545	120	16
Amazonas	-	-	-
Amapá	1.078	77	12
Bahia	57.437	1.748	246
Ceará	2.724	84	11
Distrito Federal	-	-	-
Espírito Santo	558	35	15
Goiás	1.433	87	32
Maranhão	34.229	1.705	423
Mato Grosso	285	13	2
Mato Grosso do Sul	1.228	87	6
Minas Gerais	6.845	441	81
Pará	16.138	652	181
Paraíba	1.990	103	18
Paraná	-	-	-
Pernambuco	8.695	337	46
Piauí	1.160	58	23
Rio de Janeiro	2.570	144	9
Rio Grande do Norte	1.093	55	17
Rio Grande do Sul	3.230	263	30
Rondônia	39	02	02
Roraima	-	-	-
Santa Catarina	73	6	6
São Paulo	1.409	120	26
Sergipe	2.915	162	16
Tocantins	880	66	18
Brasil - Total	151.782	6.493	1.253

Fonte: adaptado de Ministério da Educação (2017)

Esse processo de emancipação quilombola por vias da educação é compreendido, conforme indica Brandão (2002), nos anos de 1960 a 1964, quando surgiram práticas pedagógicas de autores como Paulo Freire, com importantes pesquisas que defendiam a importância das experiências de educação popular (FREIRE, 1967; 1968; 1997). Freire acreditava no fundamento da cultura como processo histórico e propôs uma educação capaz de apreender os sujeitos não como essência dada,

mas pelos atos de criação social, ou seja, a educação como prática de liberdade. Ele defendia a educação como um mecanismo de possibilidade de autonomia para os sujeitos, ao descrevê-la enquanto uma prática de liberdade, um ato político.

Na perspectiva de Miranda (2012), as ideias de Paulo Freire impactaram positivamente a sociedade brasileira e os intelectuais ligados à educação, juntamente com os movimentos sociais, ao observar que a modalidade de educação quilombola faz parte de uma trajetória de debates e discussões na educação, iniciada na década de 1980 e marcada por uma mobilização em torno da reconstrução de uma escola com uma função social eminente.

Nesse mesmo período, a geografia passava por um movimento de renovação em suas bases, em oposição a uma geografia tradicional memorética e descritiva que pouco contribuía com a emancipação humana e formação crítica dos sujeitos e, conseqüentemente, não promovia de fato uma luta pela igualdade dos povos quilombolas e por uma geografia crítica comprometida com o desenvolvimento e a justiça social. Nesse sentido, a geografia escolar também passou por intensas transformações em seus objetivos e na forma como era ensinada, propondo ver o aluno como sujeito ativo e crítico, e não como objeto passível somente de transmissão de conteúdo. Assim, passaram-se a ver, no ensino de geografia, possibilidades de emancipação humana relacionadas às variadas discussões produzidas no interior do saber geográfico, como as questões de raça, etnia e sexualidade, gênero, do urbano e do agrário como dimensões das bases espaciais.

Portanto, torna-se necessário, a partir de então, uma outra escola, um outro modelo de educação, capaz de fazer os indivíduos viverem à altura dos desafios das condições sociais historicamente impostas e em transformação. Miranda (2012) afirma que os problemas atuais ligados à questão do acesso à educação e relações de poder no interior da escola precisam ser expostos, e eles vêm sendo, pois os movimentos sociais identitários passaram a ter lugar nas denúncias do papel que a escola apresenta na sociedade. Como exemplo, podem ser citadas discriminações presentes nos livros didáticos, entre outros materiais. É perceptível, portanto, que mesmo esse aparato legal que visa garantir direitos à educação pública dos quilombolas ainda não é suficiente para as garantias de direitos constitucionais.

Há evidências de que a educação quilombola careça atualmente de um conjunto de saberes científicos entrelaçados com os saberes comunitários, um diálogo, nesse sentido, que envolva várias ciências, como a geografia, a história, a filosofia, a sociologia, a antropologia, entre outras. No entanto, esse processo é complexo, conforme indica Carril (2017), ao sinalizar que “essa possibilidade, encontra limites nos diversos fatores dados pela própria cultura institucional e das práticas pedagógicas existentes nos cursos de formação de professores.”

Apesar das questões negativas ora apresentadas, há de se reconhecer um avanço de direitos constitucionais até então negados pelo Estado. Nesse sentido, todos os preceitos garantidos pelo conjunto de leis do Estado brasileiro precisam ser colocados em prática, e as comunidades quilombolas, contempladas segundo esse aparato estatal. A escola e a educação, nesse aspecto, são fundamentais à construção de uma sociedade menos injusta e excludente, em que as diferenças culturais sejam expressadas e respeitadas. Uma escola e uma educação construídas pelos quilombolas e para os quilombolas são talvez a única via capaz de agregar os diversos valores socioculturais, envolver a comunidade e, assim, propiciar condições para o processo árduo de defesa de territórios e identidades.

Para Campos e Gallinare (2017, p. 215),

a educação quilombola, portanto, torna-se eficiente e necessária a seu povo na medida em que suas condições estruturais e pedagógicas possam proporcionar uma prática educacional

condizente com aquilo que é previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Caso ocorra uma eficiência nessa educação, os reflexos serão vistos no processo de empoderamento das comunidades quilombolas, para que estas continuem na luta pelo controle dos seus territórios e das suas identidades.

No entanto, conforme se observa no Quadro 4, o Estado brasileiro não está cumprindo os preceitos legais. Um exemplo claro é a ineficiência em produzir materiais didáticos que possam auxiliar as escolas e os professores nas comunidades quilombolas no país. Há, nesse sentido, uma desobediência legal ao cumprimento de uma série de preceitos legais que estão contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, como a Lei nº. 10.639/2003, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica, por meio da Resolução nº. 08/2012 do Conselho Nacional de Educação, dentre outros.

Quadro 4 – Materiais didáticos de educação escolar quilombola no Brasil

Materiais didáticos de EEQ no Brasil: produções dos sistemas estaduais de ensino			
Estado	Documentos	Estado	Documentos
Acre	Não há registros	Paraíba	Não há registros
Alagoas	Não há registros	Paraná	Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba: SEED, 2010. 101 p.
Amazonas	Não há registros	Pernambuco	Não há registros
Amapá	Não há registros	Piauí	Não há registros
Bahia	Não há registros	Rio de Janeiro	Não há registros
Ceará	Não há registros	Rio Grande do Norte	Não há registros
Distrito Federal	Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF (artigo 26-a da LDB. DF, 2012. 75p.	Rio Grande do Sul	Não há registros
Espírito Santo		Rondônia	Não há registros
Goiás	Não há registros	Roraima	Não há registros
Maranhão	Caderno de orientações pedagógicas: gestão escolar, 2017.	Santa Catarina	Diversidade e Temas Transversais: conteúdos, procedimentos e práticas. SEED-SC, 2009, 42 p.
Mato Grosso	Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010. 308p.	São Paulo	Narrativas quilombolas: dialogar, conhecer e comunicar. SEED-SP, 2017, 126 p.
Mato Grosso do Sul	Não há registros	Sergipe	Não há registros
Minas Gerais	Não há registros	Tocantins	Não há registros
Pará	Não há registros	Total	06

Fonte: elaborado pelos autores

Conforme o Quadro 4, evidencia-se que há, nos estados brasileiros, uma baixa produção de materiais voltados para a educação quilombola, explicitando assim que eles não estão cumprindo o conjunto de legislações que a amparam. De um total de 26 estados da federação mais o Distrito Federal, apenas 6 possuem algum material de apoio didático. Além do mais, ao se realizar uma análise sobre essas produções, percebe-se que há sinais de insuficiência científica quanto aos temas abordados e que elas não dialogam, em vários momentos, com a realidade das comunidades quilombolas, como afirmam Custódio e Foster (2019). Para os autores, pouco tem se alterado nos materiais didáticos produzidos para essas comunidades, pois estes não consideram o contexto histórico e sociocultural delas. Como exemplo, muitos não mencionam as festividades, atividades econômicas, culturais, políticas e sociais quilombolas.

Essas reflexões sinalizam que há um caminho longo de lutas para as comunidades quilombolas percorrerem no que tange ao conjunto de direitos historicamente menosprezados pelo Estado brasileiro, que insiste em ser racista, classista e usurpador de direitos sociais básicos dos mais vulneráveis política, social e economicamente. Estes, no entanto, não se calam e perceberam que a educação, a escola, é um importante instrumento para a autonomia e garantia de liberdades.

Portanto, para a implementação de uma educação verdadeiramente diferenciada, quilombola, seria urgente e necessário que as secretarias de educação, sejam elas estaduais ou municipais, juntamente com o governo federal, assumissem suas responsabilidades no tocante à educação escolar quilombola. Para isso, é preciso produzir matérias em parceria com as comunidades, promover formações continuadas de professores e demais agentes educacionais, adotar uma infraestrutura decente nas escolas e construir e implementar currículos em parceria com as comunidades, por meio de uma gestão escolar compartilhada, visando, assim, atender plenamente a realidade desses sujeitos.

Nesse sentido, foram seguidas as etapas apresentadas do Quadro 1 da seção de procedimentos metodológicos, as quais serão detalhadas a seguir.

No dia 8 de março de 2019, apresentou-se o projeto “Nós Propomos” à turma do 9º ano A da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutaí. Foi feita uma explanação sobre o que é o projeto, com base no regulamento deste, que destaca que seu objetivo é promover uma ativa cidadania territorial local, articulada com as escalas micro e macro, junto da comunidade escolar, por meio, por exemplo, do estudo de caso. Neste momento também foi explicado o objetivo do projeto na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutaí, que foi identificar os principais problemas socioespaciais em uma escala local na comunidade.

Assim, foi aplicado um questionário, que já havia sido previamente discutido e elaborado pelos integrantes do projeto, um dos quais é quilombola e morador, aos alunos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutaí no 9º ano A. Nesse questionário perguntou-se que problemas há na comunidade em que o aluno vive, e as opções de resposta eram: poluição, poucos lugares de convívio e diversão, falta de segurança e policiamento público, falta de espaço para jovens, consumo de drogas, falta de oportunidade de futuro para os jovens e falta de identidade da cultura da história quilombola.

Figura 4 – Apresentação do projeto “Nós Propomos” e aplicação de questionário na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutáí

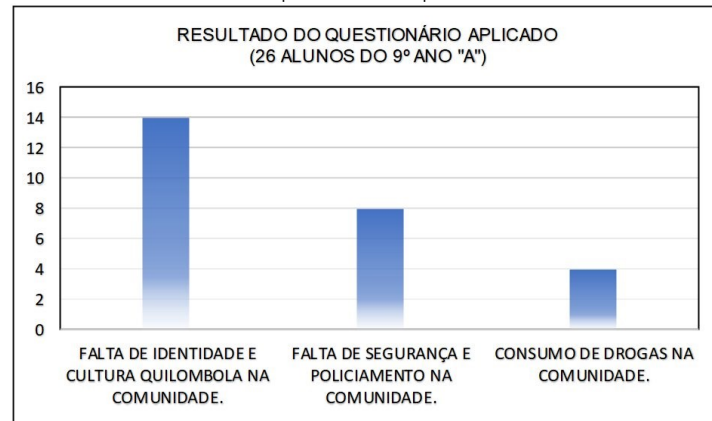


Fonte: elaborado pelos autores

Nessa perspectiva, com a aplicação dos questionários, promoveu-se um viés atual da geografia escolar de inserir a realidade e o cotidiano dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e, assim, promover uma aprendizagem significativa e que contribua de fato na realidade em que eles estão inseridos. A condição essencial para que a geografia escolar possa efetivamente contribuir na educação quilombola se refere ao entendimento sobre educação e escola, numa perspectiva de autonomia, liberdade e direitos sociais, uma estrutura pedagógica diferenciada, com a compreensão do seu papel enquanto ciência e disciplina escolar para esse grupo étnico, no sentido de não só garantir inclusão social, mas também a manutenção da identidade, da cultura e do território.

A partir da aplicação dos questionários, identificaram-se os principais problemas socioespaciais da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutáí. No Gráfico 1, podemos ver os três principais problemas apontados pelos alunos, que foram: 1) perda de identidade e cultura quilombolas; 2) falta de segurança e policiamento; e 3) consumo de drogas. Dentre eles, iremos dar ênfase especificamente ao problema mais citado, indicado por 14 alunos, que foi a falta de identidade e cultura quilombolas na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutáí.

Gráfico 1 – Resultado do questionário aplicado na turma do 9º ano A



Fonte: elaborado pelos autores

Em etapa posterior, fez-se a divisão de grupos de alunos de acordo com os problemas identificados, de acordo com o gráfico acima, no qual cada grupo ficou com o problema com o qual tinha maior afinidade. Assim, com o auxílio dos grupos de alunos colaboradores do projeto, deu-se início à confecção dos formulários que posteriormente seriam aplicados por eles aos moradores da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai. Cabe ressaltar que o objetivo dessa etapa foi que os alunos produzissem perguntas objetivas e abertas sobre a comunidade que eles mesmos sempre tiveram curiosidade de responder. Novamente prevaleceu a curiosidade de saber mais sobre a cultura da comunidade, visto que os alunos são sujeitos da comunidade e vivenciam a ausência de uma identidade quilombola.

Figura 5 – Confeção dos formulários e aplicação aos moradores da comunidade



Fonte: elaborado pelos autores

O intuito desta etapa não foi obter dados quantitativos, mas, sim, instigar um diálogo entre a escola e a comunidade e que os alunos se posicionassem enquanto sujeitos ativos e questionadores da dimensão socioespacial na qual estavam inseridos. Portanto, com a aplicação dos formulários, e juntamente com as contribuições dos alunos sobre o que eles observaram, focou-se na questão da cultura, e surgiram questões como “respeito às tradições quilombolas”, “que os jovens não conhecem a cultura quilombola”, “desprezo à cultura quilombola”, “difusão da cultura quilombola”, entre outros, conforme é possível observar na Figura 6.

Além disso, essa etapa também teve o objetivo de propor e sugerir algo que sanasse ou promovesse o fortalecimento da cultura e identidade quilombolas. Foi perguntado aos moradores de que forma isso seria possível. Com as respostas dos moradores e, posteriormente, em discussões em sala de aula, os alunos concluíram que não existe na vila um espaço (local) onde essas culturas, crenças e modos de vida sejam reproduzidos cotidianamente, de modo a envolver toda a comunidade, desde as crianças até os moradores mais velhos.

Figura 6 – Resposta de um morador da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai ao formulário aplicado pelos alunos

D E Y Q Q S S

“Falta de identidade”

Então, as pessoas que nós entrevistamos sabiam muito sobre a cultura quilombola, e também quando agente elaborou as perguntas as pessoas davam muitos exemplos sobre nós, ou seja, eles falavam que nós tínhamos que batalhar, porque muitos jovens hoje em dia estão fazendo e estão quase se formando na faculdade foi através da cultura quilombola, e nós não podíamos deixar de ser quilombos porque é que mostra a cultura e a valorização dos quilombos, porque nós podemos mostrar sobre nossa cultura.

Fonte: elaborado pelos autores

Nesse sentido foram discutidas algumas propostas que materializassem a necessidade de um espaço para preservar e dar continuidade à cultura quilombola na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai. A principal abordagem, também consenso entre todos, foi a confecção de uma maquete que representasse um espaço onde fossem desenvolvidas várias práticas culturais que fomentassem a identidade e a tradição da cultura quilombola da vila. O trabalho com a maquete facilita a compreensão relativa ao material teórico agora materializado, como também estimula o aluno a conhecer esse material didático, que tem potencial significativo para aprendizagem, pois permite uma participação maior do aluno no processo de aprendizagem, além de lhe dar a oportunidade de se perceber no contexto sociocultural em que ele, como sujeito, está inserido.

Figura 7 – Confeção da maquete



Fonte: elaborado pelos autores

A confecção da maquete se deu a partir de uma aula, na qual se mostrou seu significado e como elaborá-la. A confecção foi feita em parceria entre alunos e moradores da comunidade, na medida em que os moradores opinavam e davam sugestões a respeito de quais espaços introduzir na maquete (Figura 8).

Figura 8 – Maquete de representação do espaço da cultura quilombola na/da vila, confeccionada pelos alunos do 9º ano, junto aos moradores



Fonte: elaborado pelos autores

Cada espaço foi pensado e discutido a partir das necessidades relacionadas aos problemas que a comunidade relatou. Desta forma foi possível destacar alguns destes espaços representados na maquete, como sede da associação, salão de eventos e reuniões, espaço recreativo, espaço de projetos socioeducacionais, museu/casa da cultura quilombola, espaço de moradores para palestras com os mais antigos, centro de oficinas quilombolas (artesanato, dança etc.), conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 5 – Espaços criados e representados na maquete e suas finalidades

ESPAÇOS	FINALIDADES
Sede da associação.	Para devidos fins administrativos acerca da associação.
Salão de eventos e reuniões.	Para festejos, comemorações eventos e reuniões com a comunidade.
Espaço recreativo.	A fim de fomentar a prática esportiva e recreativo não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's.
Espaço de projetos socio/educacionais.	Objetivo de desenvolver projetos socio educacionais de âmbito cultura junto aos moradores, integrando não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's e demais.
Museu/casa da cultura quilombola e espaço de moradores de palestra com os moradores mais antigos da comunidade.	Finalidade de proporcionar em forma de objetos aos moradores elementos da cultura quilombola e histórica da vila, resgatando a valorização e dado ênfase as histórias que moradores mais velhos da comunidade carregam consigo.
Centro de oficinas quilombolas (artesanato, dança etc.).	Produzir objetos físicos, artes, e danças relacionado a cultura quilombola, ribeirinha e amazônica.

Fonte: elaborado pelos autores

O objetivo da maquete se deu como uma forma de proposta, com a expectativa de que esta se torne real. Os alunos e os moradores da comunidade propuseram também um local onde possivelmente poderia ser construído esse espaço. Trata-se de um terreno baldio, até então abandonado e pertencente à Associação Afro-Brasileira de Jutáí (AFROBRAJU). O terreno tem estrutura e tamanho ideais para suportar as instalações necessárias ao espaço, o que torna ainda mais necessária e considerável a proposta elaborada. A comunidade demonstrou uma aceitação positiva em relação às propostas apresentadas e, de forma otimista, ensaiou recorrer às autoridades locais para colocá-las em prática.

Figura 9 – Terreno vazio onde possivelmente o espaço poderia ser construído



Fonte: elaborado pelos autores

Nessa perspectiva, há uma necessidade de articular o conhecimento não só geográfico, mas o escolar também, com a comunidade, estabelecendo um diálogo permanente, articulando saberes tradicionais às práticas socioculturais, visando a um processo educativo que atenda as demandas e especificidades da cultura e da identidade étnico-racial quilombola. Assim, é evidente o papel do ensino da geografia escolar no apoio ao fortalecimento não só da identidade, mas também do conhecimento de mundo por parte dos sujeitos quilombolas, ensinando-os a compreender as relações da sociedade no espaço e no tempo.

Nessa perspectiva o ensino de geografia, articulado a uma educação escolar quilombola, possibilita situar os sujeitos quilombolas no mundo, de modo que compreendam a espacialidade do lugar onde vivem, os fenômenos e que os espaços resultam da história dos homens que vivem nos lugares, sendo, assim, um espaço construído a partir dos interesses dos que ali vivem.

A escola, portanto, tem a missão de proporcionar às novas gerações todo o conhecimento, patrimônio cultural da humanidade. A escola deve, por meio de práticas pedagógicas, com a colaboração da comunidade e dos educandos, refletir sobre os direitos, a luta de classe, o racismo e a preservação da cultura quilombola e, a partir dessa reflexão, interpretá-los e recriá-los, para o viver presente.

Considerações finais

O quilombo nasceu como ato de sobrevivência e resistência no Brasil e, hoje, continua sendo lugar de luta pela permanência de seus territórios e modos de vida. A educação como ferramenta de transformação social, mas também de autonomia e empoderamento, faz-se essencial no subsídio das lutas dos povos tradicionais, porém, não uma educação padronizada, alinhada prioritariamente à cultura da sociedade brasileira e elaborada de cima para baixo. São necessários um olhar e uma prática educacional que contemplem a realidade de milhares de brasileiros que produzem suas territorialidades de modo singular, pautados por valores, crenças e hábitos próprios.

Nota-se que as políticas públicas educacionais direcionadas às comunidades quilombolas ainda se encontram incipientes, seja em um currículo que se aproxime de suas realidades, materiais didáticos que conversem com seus modos de vida ou investimento em formação profissional para as especificidades de uma educação escolar quilombola. Nesta perspectiva, o ensino de geografia, com seus estudos sobre território e territorialidades, se estes forem apropriados por esses sujeitos, pode ser um instrumento de estruturação de habilidades e competências que condizem, de forma inclusiva e abrangente, com uma educação e uma geografia quilombola.

A educação e o ensino de geografia, neste sentido, são base fundamental para uma compreensão crítica do lugar onde se vive e onde as práticas socioculturais se reproduzem. Incidem, através deles, o despertar para a cidadania, a percepção das relações espaço-temporais, o reconhecer-se como sujeito quilombola, que possui direitos iguais e posiciona-se no mundo, e o participar de uma tomada de decisões para a valorização de sua cultura, identidade e luta pela garantia dos seus territórios enquanto espaços de resistência, reprodução e emancipação de seu povo.

Referências

- BRASIL. (2010) Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de Julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRASIL. (2012) Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. *Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/diretrizes_nacionais_educacao_escolar_quilombola.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRASIL. (1996) *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRANDÃO, C. R. (2002) *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras.
- CALLAI, H. C. (2003) O estudo do município ou a geografia nas series iniciais. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H.C.; SCHAFFER, N. O. (Orgs.) *Geografia em sala de aula: em sala de aula-práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. (2017) A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. *Revista NERA*, ano 20, n. 35, p.199-207.
- CARLOS, A. F. A. (2007) *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH.
- CARRIL, L. de F. B. (2017) Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69.
- CAVALCANTI, L. (2010) A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL CURRÍCULO EM MOVIMENTO-PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010. *Anais [...]* Belo Horizonte, 2010.
- CAVALCANTI, L. S. (2011) Jovens escolares e suas práticas espaciais cotidianas: o que tem isso haver com a tarefa de ensinar geografia? In: CALLAI, H. C. (org.). *Educação geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Ed. Ijuí.
- CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. (2019) Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. *Educar em Revista*, v. 35, n. 74, p. 193-211.
- FREIRE, P. (1967) *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1968) *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1997) *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LIMA, M. (2016) *O resgate histórico da comunidade Jutai pela textualização oral/escrita de relatos pessoais no 9º ano do fundamental II*. Tucuruí – PA.
- MIRANDA, S. A. (2012) Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 369-498.
- MIRANDA, S. A. (2016) Dilemas do Reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. *Revista da ABPN*, v. 8, n. 18, p. 68-69.
- ROMÃO, J. (org). (2005) *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- SANTOS, R. E. dos. (2009) O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639/03. In: SANTOS, R. E. dos. (Org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil (Coleção Cultura Negra e Identidade)*. Belo Horizonte: Editora Gutenberg.
- SANTOS, R. E. (2011) A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa. *Tamoios*, ano VII, n. 1, p. 4-24.